



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.
Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos.

O SERVIÇO SOCIAL FORA DO ARMÁRIO: LGBTQI+ NA AGENDA DO CONJUNTO CFESS/CRESS

GUILHERME MORAES DA COSTA¹
TEREZINHA DE FÁTIMA RODRIGUES²

Resumo: Considerando a prerrogativa do Conjunto CFESS/CRESS de orientação e fiscalização profissional dos/as assistentes sociais no Brasil, o presente projeto de dissertação visa compreender como o Serviço Social brasileiro incorporou a pauta da diversidade sexual e lhe conferiu direção ético-política. Para isso, propõe-se ampla revisão da literatura sobre o tema da diversidade sexual, na Agenda do CFESS, no período de 1993 a 2017. Será utilizada a modalidade de pesquisa documental pela qual serão avaliadas as deliberações dos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS/CRESS. Ao final, o desejo é mostrar que os elementos que compõem esse processo caminham na direção da efetivação do Projeto Ético Político Profissional da categoria de assistentes sociais.

Palavras-chave: Diversidade Sexual; Serviço Social; Direitos Humanos.

Abstract: Considering the prerogative of the CFESS / CRESS Group of guidance and professional supervision of social workers in Brazil, this dissertation project aims to understand how the Brazilian Social Service incorporated the sexual diversity agenda and gave it ethical-political direction. For this, a broad review of the literature on the subject of sexual diversity is proposed in the CFESS Agenda, from 1993 to 2017. The documentary research modality will be used to evaluate the deliberations of the National Meetings of the CFESS / CRESS Group. In the end, the desire is to show that the elements that make up this process are moving towards the implementation of the Professional Political Ethical Project of the category of social workers.

Keywords: Sexual Diversity; Social service; Human rights.

INTRODUÇÃO

O eixo central desse projeto de dissertação é compreender o caminho trilhado pelo serviço social brasileiro e o contexto que possibilitou no âmbito da profissão, a inserção da pauta da diversidade sexual, entendida como as diversas expressões de pessoas que se consideram lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, queer, intersexo e +, aglutinados pela sigla LGBTQI+.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de São Paulo. E-mail: <ghuilhermeh@hotmail.com.br>

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de São Paulo.

Na busca por trilhar esse caminho, mais especificamente, a partir do Conjunto CFESS/CRESS que normatiza, orienta e fiscaliza o trabalho profissional dos e das assistentes sociais, tem-se o objetivo de verificar como essa discussão se coloca e ganha densidade teórica, política e organizativa a partir dos anos 1990 no serviço social brasileiro.

DESENVOLVIMENTO

Considerando a temática da diversidade, utilizamos uma linguagem não sexista, usando os dois artigos “a” e “o” no contexto frente à naturalização que a língua impõe ao determinar o masculino como sinônimo de universal e neutro para se referir a ambos os gêneros.

Refletir sobre a diversidade sexual impõe inicialmente a articulação de categorias centrais ao debate, como o pressuposto de que em nossa sociabilidade, as relações sociais são permeadas por três eixos fundantes, afinal nenhum indivíduo está incólume aos marcadores de classe, gênero e raça e/ou etnia, mesmo que esses o privilegiem. Esses elementos não são outra coisa senão formas de dominação de uns sobre outros.

No âmbito de classe social, a dicotomia entre detentores do capital frente ao proletariado; no campo do gênero, por meio do patriarcado, a subalternidade da mulher frente ao homem e na esfera de raça/etnia se verifica a supremacia do padrão eurocêntrico sobre as demais raças/etnias. Consideramos que gênero une as mulheres, as homossexualidades unem gays e lésbicas, raça une os negros e negras, brancos e brancas e amarelos e amarelas, mas, a classe social os separa, pois essa é a lógica da sociabilidade capitalista, uma vez que é a divisão em classes sociais que produz e reproduz a desigualdade e sustenta a exploração.

[...] sob a perspectiva de totalidade, o indivíduo é entendido simultaneamente como singular e genérico. Assim, a diversidade humana não é atributo oriundo das lutas sociais. Por intermédio dessas lutas, os indivíduos politizam a diversidade, sendo esta algo que é próprio da individualidade, que se expressa se altera no desenvolvimento das forças produtivas, considerando as objetivações/exteriorização do ser social que demandam respostas cada vez mais complexas.

Com isto, indivíduos, no decurso da história, apresentam as mais variadas distinções de classe, gênero, geração, raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero, dentre outras. São distinções que particularizam o modo de ser e estar no mundo dos indivíduos, que explicitam o seu pertencimento como ser singular à universalidade do gênero humano. (SANTOS, 2017, p. 16).

Em seus estudos sobre a Ontologia do Ser Social, o filósofo húngaro György Luckács (1885 - 1971) argumenta que o trabalho é o que diferencia o Ser Social dos demais animais, o que o faz humano. Para o autor é por meio do trabalho que o Ser Social realiza as demais mediações com o mundo exterior, numa relação em que ambos são transformados.

Salientamos que as reflexões aqui propostas partem da concepção de que a sexualidade embora seja marcada pela biologia, há nela componentes subjetivos advindos das relações sociais, ou seja, rompe a barreira biológica transcendendo-a, de modo que adentra na cultura, sendo assim, central no processo de constituição de homens e mulheres, essencial na concepção da subjetividade e na plena constituição do indivíduo enquanto ser social.

Para Luckács, na constituição do Ser Social, o trabalho é o elemento central que confere ao homem a humanidade, caracterizando-o como ser consciente, processo que o autor denomina *pôr teleológico*. Ao realizar a transformação do mundo pelo trabalho, o homem realiza o *pôr teleológico*, no qual o produto final é o resultado de algo que estava anteriormente idealizado. Importante destacar que para o autor, a reflexão ao longo do processo humaniza mais o homem do que o resultado material concretizado no fim. É o caminho, não a chegada que torna o *pôr teleológico* tão importante na constituição do Ser Social.

Lukács divide a ontologia do Ser em três níveis, sendo eles: o ser inorgânico, caracterizado por tudo o que existe e é desprovido de vida; o ser orgânico, grupo ao qual pertencem animais e vegetais e por fim, o Ser Social, compreendido pela humanidade.

O autor ressalta que o ser humano é naturalmente orgânico, no entanto, dado a vida em sociedade o homem desenvolve e opera aquilo que chama de salto ontológico, uma vez que supera os limites impostos pela natureza, modificando-a por meio do trabalho, num processo pelo qual transforma o mundo à sua volta e modifica a si mesmo. Esse agir consciente é o que é chamado de práxis.

É por meio do trabalho que o homem estabelece sua relação com a natureza, de do trabalho que o homem estabelece sua relação com a natureza,

de modo que pode ser considerado como a base de toda atividade humana, tendo em vista que pelo trabalho o homem se distancia do ser orgânico e de suas limitações.

Quando o assunto é sexualidade é preciso ter em mente que na conjuntura atual a heterossexualidade é a orientação sexual predominante, de forma que as demais orientações sexuais são marginalizadas.

BORILLO, (2010, p. 16) define que a heterossexualidade é tida como padrão, “assim, nessa ordem sexual, o sexo biológico (macho/fêmea) determina um desejo sexual unívoco (hétero), assim como um comportamento sexual específico (masculino/feminino)”.

Gênero e sexualidade nunca devem partir, como categorias explicativas da realidade, deles mesmos. Se são importantes para a análise das relações de poder, do patriarcado, das performances e da abjeção, precisam portanto ser contextualizados com as condições e modos de vida das pessoas. Os sujeitos só podem fazer uma análise sobre os seus gêneros e sexualidades se tiverem satisfeitas suas primeiras necessidades. Isto é, se são as condições materiais de existência que determinam a consciência do ser – as condições objetivas, portanto (MARX; ENGELS, 2001) –, não há como discutir gênero e sexualidade aprioristicamente sem relacionar determinações sociais, econômicas, culturais e políticas. (FERREIRA. 2014, p. 61).

Ao pensar em gênero é necessário desassociá-lo de sexo biológico uma vez que expressa sensações, pertencimentos e identidades. Trata-se de uma construção natural que perpassa as nuances biológica e social. Anatomicamente, homens e mulheres são diferentes e o masculino e feminino, para além de representar essas diferenciações também o fazem de maneira que homens e mulheres não sejam iguais.

O jeito “ser homem” é associado à virilidade, a voz grossa, o comando da casa, da família, o provedor do lar. A maneira de “ser mulher” na visão patriarcal é associada a delicadeza, ao cuidado com os filhos. Enquanto os homens podem ter quantas parceiras sexuais desejar, nessa perspectiva é esperado às mulheres que se preservem e tenham o mínimo de parceiros sexuais necessários, se possível, apenas o próprio marido. A mulher tem seu trabalho subalternizado e mesmo quando exerce função laborativa remunerada, está sujeita à dupla, tripla jornada de trabalho e não raramente, mesmo fazendo o mesmo trabalho que outros homens, sua remuneração é inferior. (Cisne, 2012).

A sexualidade está interligada às relações de gênero, pois a mesma é gerenciada por normas morais que ditam as formas de vivenciá-la, associadas às concepções de masculino e feminino. Estão implícitos aí comportamentos relativos ao ato sexual e ao papel sexual (HARAWAY, 2004). Esses valores podem ser percebidos no tabu que é a sexualidade, uma vez que o prazer é criminalizado.

Ao pensar sobre gênero e sexualidade, é pertinente resgatar o que Miriam Grossi (2005, p.4) enfatiza quanto ao fato de que, na perspectiva ocidental, “conceito de gênero está colado ao de sexualidade, o que promove uma imensa dificuldade no senso comum”.

Nesse sentido, cabe expor que compreendemos a sexualidade enquanto um conjunto de elaborações culturais entre prazeres e os intercâmbios sociais e corporais, que conformam desde o erotismo, o desejo e o afeto até noções relativa à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade (WEEKS, 2000).

A sexualidade está posta como construto social e, portanto, é um conceito dinâmico, sujeito a diversos usos, múltiplas e contraditórias interpretações nos diferentes períodos históricos, e que se encontra sujeito a debates e a disputas políticas. Logo, a sexualidade envolve uma série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas não podendo ser compreendida isoladamente (WEEKS, 2000). (Apud IRINEU e RODRIGUES, 2016, p. 40).

Para compreensão da pesquisa aqui proposta é necessário estabelecer brevemente alguns conceitos chave, como orientação sexual e identidade de gênero, imprescindíveis para os estudos no campo das sexualidades.

Quanto às orientações sexuais, essas expressam o desejo, ou seja, a maneira de como afetiva e/ou sexualmente as pessoas se relacionam umas com as outras.

Retomando a reflexão anterior, a orientação sexual predominante é a heterossexual, na qual os indivíduos se envolvem afetiva e/ou sexualmente com pessoas do sexo oposto. Há também a bissexualidade que se explicita em relacionamentos afetiva e sexualmente com ambos os sexos. Bem como, existem os/as homossexuais que são pessoas que se envolvem com indivíduos do mesmo sexo. Também existe a assexualidade, composta por pessoas que não sentem atração sexual nem por homens nem por mulheres.

No que diz respeito a identidade de gênero, essa relaciona-se ao como a pessoa se *enxerga* internamente e como quer ser *reconhecida socialmente* com base em como a pessoa se vê enquanto homem ou mulher, independente

se a genitália está em acordo ou desacordo com o sexo atribuído no nascimento. Identidade de gênero está no campo do pertencimento, diferente do sexo, que é atribuído no nascimento e da orientação sexual a qual está no terreno da afetividade e do desejo.

A travesti – sempre a utilização do artigo “a” não existe o travesti – é a pessoa que se assume ou se reconhece com características físicas, sociais e culturais do gênero distinta da que lhe foi atribuída no nascimento. Ao mesmo tempo, isso não necessariamente significa a negação de sua genitália, não há o desejo de realizar a cirurgia de redesignação sexual, esta que consiste em um procedimento cirúrgico que adequa a genitália conforme a pessoa se identifica.

Transexuais são pessoas que não se reconhecem no gênero que lhes foi associado ao nascimento e, por isso, desafiam o binarismo de gênero imposto pela sociedade heteronormativa. A título de exemplo, se um sujeito nasceu mulher, mas, ao longo da vida se identificou com o sexo masculino, é um homem transexual. O mesmo ocorre com o inverso, se uma mulher nasceu com o sexo masculino, mas, no decorrer da sua história se identificou com características do sexo feminino, ela é uma mulher transexual, mesmo que em ambos os casos, a pessoa não tenha feito ou não almeje readequar sua genitália de acordo com sua identidade de gênero, em virtude de serem reconhecidos/as de acordo com o pertencimento expresso por suas identidades de gênero.

É muito comum que pessoas transexuais (ou pessoas trans) lancem mão de diferentes recursos estéticos para se sentirem bem no seu gênero (corte e investimentos nos cabelos, roupas, calçados, adornos, entre outros) e que isso é muito importante para o seu bem-estar, saúde mental e convívio social. Além disso, muitas delas lançam mão de recursos biomédicos para viverem melhor, como tratamentos hormonais, cirurgias plásticas e outras cirurgias, (inclusive as cirurgias de transgêneralização), mais isso não é uma regra que valha para todas as transexuais. (ALMEIDA, 2016, p. 10).

Entretanto, o universo transexual é diverso e delimitá-lo entre travestis e transexuais é um erro, dado o fato de que isso inferioriza outras expressões das transexualidades. O elo entre essas várias identidades é o fato de que essas pessoas não se reconhecem com o sexo ao qual foram designadas ao nascer.

É preciso ter em mente que essas diferenciações não podem ser encaradas de forma estanque. Há casos de pessoas que circulam por essas diversas configurações ao longo da vida.

As pessoas queer estão no terreno da expressão de gênero, que diz respeito a como se expressam em público, seja por meio de roupas, cortes de cabelo, etc. como andrógenos, cross-dressers, drag queens e drag kings.

No campo das sexualidades, a heterossexualidade, e a cisgerneridade – que é o lado oposto da moeda da transexualidade e se expressa nas pessoas que não rompem as barreiras de gênero e passam a vida em conformidade com a maioria das expectativas sociais do sexo que lhes foi atribuído ao nascimento – representam a norma padrão, de modo que as demais orientações sexuais e identidades de gênero acabam por serem marginalizadas.

Historicamente os LGBTQI+ são vítimas de opressão em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero dissonantes do padrão. Ao expressarem suas relações afetivo-sexuais de acordo com seus desejos ou ao adequarem seus corpos da maneira que se sentem melhor, se chocam com a norma heterossexual e acabam por ser alvo de preconceitos.

Preconceito é uma palavra que expressa diversas conotações. É a junção do prefixo pré com a palavra conceito e, por isso, se refere a algo pronto e, embora possa e deva ser superado, tem uma razão de existir.

No dia-a-dia não é possível parar para pensar em tudo que acontece ao redor, é preciso ultrageneralizar, caso contrário, não seria possível realizar todas as tarefas diárias, em virtude de que a vida cotidiana é caracterizada pelo imediatismo, não há com base nessas condições, espaço para uma reflexão mais profunda. Ademais, a superação do preconceito não se dá apenas no plano racional, uma vez que ele tem um forte componente emocional. Ele pode ser alicerçado por questões religiosas, do senso comum, morais ou tantas outras. Ressalta-se que crer em juízos pré-estabelecidos é confortável, evita o trabalho de refletir e contrapor ideias. De fato, o preconceito vem de razões mais adversas, todavia, não é possível descola-lo de sua serventia enquanto mantenedor da ordem vigente.

Se analisarmos as máximas reproduzidas pelo senso comum, veremos que elas desempenham uma *função social de orientação moral e política*, pois se referem a condutas tidas como corretas e verdadeiras. São veículos de difusão de normas de comportamento orientadas por valores indicativos de uma determinada visão de mundo, de uma moral e de uma ideologia. Assim, máximas como o “lugar da mulher é na cozinha”, ou “cada macaco no seu galho” expressam um sistema de preconceitos alicerçado socialmente numa *cultura conservadora, machista classista, autoritária e discriminatória*. Portanto, o sistema social de preconceitos é veiculado ideologicamente, tendo espaços de reprodução fundamentais a cultura e a moral dominantes. Por meio da cultura, disseminam preconceitos que expressam o modo dominante de pensar e de se comportar, de valorar os objetos e as relações sociais. (CFESS, 2016, p. 14).

O preconceito em razão de orientação sexual e identidade de gênero ganha contornos próprios. Conforme Borillo (2010), a homofobia atinge os homossexuais e é caracterizada como preconceito contra os homossexuais que atinge diferentes graus que vão desde um xingamento até assassinato.

Tal como o racismo que prega a superioridade branca frente às demais raças/etnias, tal como o machismo que difunde a ideologia de que o homem é superior à mulher, a homofobia é reflexo da ideologia que prega a supremacia heterossexual. E cada uma das letras do alfabeto da diversidade está sujeita ao preconceito de acordo com suas especificidades, como, por exemplo:

Ao contrário da homofobia geral, a homofobia específica constitui uma forma de intolerância que se refere, especialmente, aos gays e às lésbicas. Alguns atores propuseram a distinção entre “gayfobia” e “lesbofobia” – noções que designam declinações possíveis dessa homofobia específica. As representações de cada um dos sexos, assim como as funções que lhes são inerentes, merecem efetivamente uma terminologia peculiar. A lesbofobia constitui uma especificidade no âmago de outra: com efeito, a lésbica é vítima de uma violência particular, definida pelo duplo desdém que tem a ver com o fato de ser mulher e homossexual. Diferentemente do gay, ela acumula as discriminações contra o gênero e contra a sexualidade. (BORILLO, 2010, p. 27).

É claro que as pessoas inscritas nessas condições lutaram – e ainda o fazem – por seus direitos. Discorrer sobre o papel e as configurações do Movimento LGBT exige compreender e visualizar sujeitos diversos num mesmo coletivo, pois, trata-se de um movimento que tem interesses diversos. Esse coletivo aglutina uma gama de indivíduos que embora tenham a homossexualidade como algo em comum, são pessoas diferentes entre si, especialmente por conta de suas particularidades e a simbologia agregada a cada uma das letras.

Por exemplo, ao longo da história deste movimento, as lésbicas – o L- possuem demandas diferentes e, por isso, o diálogo com os gays – o G- nem sempre foi possível ou mesmo amigável. Essa também é a razão de o L estar na frente do G nesta sigla.

[...] Ao trabalharem conjuntamente com os gays, as lésbicas notaram que havia uma grande diferença entre ser uma mulher lésbica e ser um homem gay em uma sociedade androcêntrica, patriarcal e machista. Isso porque a sociedade privilegia socialmente os homens ainda que eles sejam gays. (PINAFI, 2011, p. 15).

Os e as bissexuais – o B – são “invisíveis” e os e as transexuais – o T – são alvo de discriminação entre seus pares. Nesse contexto, o Movimento LGBT procura articular as lutas políticas por meio de ações que procuram ir para além das fronteiras do gueto, em busca de direitos civis e de cidadania.

Prado e Machado (2008) definem que há no movimento homossexual três momentos de destaque para entender e refletir no que se refere à sua organização. Num primeiro instante, há o surgimento de diversas organizações e personalidades em países europeus, compreendendo o período que vai do século XVIII ao início do século XX. Vale ressaltar que essa primeira fase foi constituída de fatos e personalidades isoladas, mas, que em conjunto a representam.

Os autores citam a partir de meados do século XVIII, formas de resistência contra legislações que proibiam e/ou puniam comportamentos não heterossexuais, a exemplo da lei inglesa que tratava com pena de morte por enforcamento a quem praticasse a sodomia e do parágrafo 175 do Código Penal Alemão, que também considerava as relações homossexuais como crime.

A segunda etapa do movimento gay definida pelos autores é denominada de “movimento homofilo” que representou a tentativa de trazer para o primeiro plano, o amor entre pessoas do mesmo sexo em vez de comportamentos sexuais, procurando desassociar a homossexualidade da promiscuidade.

Essa fase do movimento iniciou-se com publicações e organizações que buscavam a descriminalização da homossexualidade na Dinamarca e no Reino dos Países Baixos. Nas décadas de 1950 e 1960 o movimento se expandiu

para Suécia, Noruega, Estados Unidos, França, Inglaterra dentre outras nações.

Marcando o fim do movimento homofilo, há uma data importante para movimento gay estadunidense que é relevante para os demais movimentos homossexuais ao redor do mundo, a Revolta de Stonewall. Em uma sexta-feira, dia 28 de junho de 1969, a polícia local, de maneira truculenta, invadiu o bar Stonewall, instalado em Greenwich Village, um bairro de Nova York, que era um reduto frequentado por homossexuais. No entanto, diferentemente do que ocorrera costumeiramente, desta vez os que lá estavam enfrentaram a força policial.

João Silvério Trevisan, um dos editores do jornal “O Lampião” e um dos precursores do movimento homossexual brasileiro, traça uma comparação entre o movimento de lá e o de cá:

De um ponto de vista histórico comparativo, resulta muito revelador estabelecer um paralelo entre os primórdios dos movimentos americano e brasileiro na luta pelos direitos homossexuais. As diferenças são muitas e, por vezes, gritantes – já pelo fato de que o Gay Movement americano foi desbravador e o Movimento Homossexual brasileiro veio quase a reboque de precedentes internacionais. No caso americano, já de saída, salta aos olhos a busca e consecução de um discurso próprio. No caso brasileiro, percebe-se a inexistência (e mesmo despreocupação) de um discurso específico da homocultura, que se continua tateando até hoje. Trata-se de um detalhe fundamental, que revela o caráter específico de cada um dos movimentos e sua articulação em relação a políticas homossexuais. (TREVISAN, 2010, p.49)

No Brasil, o marco inicial do Movimento LGBT se deu na década de 1970 com a fundação do Grupo SOMOS (Grupo de Afirmação Homossexual) e o Jornal Lampião da Esquina.

Esse contexto é chamado de “primeira onda” do movimento LGBT no Brasil. Toitio (2017) sinaliza que “segunda onda” é perpassada pelo surgimento da AIDS que atingiu especialmente homens gays e tem como marcos o surgimento do Grupo Gay da Bahia, em Salvador, o Triângulo Rosa e o Atobá, no Rio de Janeiro. O autor destaca que com o fim da ditadura militar (início dos anos 1980) e a redemocratização pairou no ar a ilusão de que os direitos LGBT seriam conquistados sem maiores problemas, o que não se concretizou.

Facchini e Rodrigues (2018) apontam que a partir dos anos 1990 o movimento LGBT que estava em baixa, se reconfigurou e se expandiu,

passando a se institucionalizar com o surgimento de diversas organizações. Exemplificamos aqui, em 1995 a fundação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT.

A partir dos anos 2000, tais como os demais movimentos sociais, vários atores do movimento LGBT se transformaram em ONG's e as paradas do Orgulho LGBT conferiram outra visibilidade as pautas defendidas pelo movimento social, bem como foram a principal estratégia política utilizada neste período.

Face a este importante contexto de visibilidade e busca de direitos, a questão se volta a como o serviço social brasileiro incorpora essa pauta junto à categoria profissional?

No seu cotidiano, nos vários espaços sociocupacionais que está inserido/a, o/a assistente social tem como objeto de trabalho a “questão social”, resultante da produção coletiva de bens de consumo em contraste com a apropriação privada dos mesmos. Entretanto, a “questão social” não abrange apenas o plano econômico, revelando-se em outras dimensões da vida, inclusive nas opressões de classe, etnia, gênero e orientação sexual (Cisne, 2012).

Desde 1993, a temática da diversidade sexual aparece no 11º princípio do Código de Ética Profissional do/a assistente social, no qual a orientação é a não discriminação dentre outras coisas por “opção sexual²”, elemento que demonstra a aproximação com a temática. No entanto, dez anos depois, ao consultar o relatório final do Encontro Nacional CFESS/CRESS³ de 2003, realizado em Salvador – BA, não há nenhuma menção aos sujeitos LGBT.

No âmbito do Serviço Social, a inserção de reflexões a respeito da sexualidade, da diversidade sexual e dos direitos LGBT é recente. Conferimos destaque à aprovação pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) da resolução 489/2006, que veda conduta profissional discriminatória por motivo de orientação sexual, e da resolução 615/2011, que garante o uso do nome social de travestis e transexuais nos documentos profissionais. Ressalta-se, ainda, a inserção do grupo de trabalho “gênero, raça/etnia e orientação sexual” no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 2003, e no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), em 2004. Embora a produção de conhecimento concernente a essa temática seja incipiente no Serviço Social, é importante ressaltar que esta existiu até 2004, ainda que de forma pontual. (IRINEU, 2010, p.195).

Um marco importante dessa aproximação é a Campanha “O amor fala todas as línguas – Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual”. Lançada em 2006 essa iniciativa foi fruto das reflexões do 34º Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em Manaus – AM.

É nos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS/CRESS que se constrói a unidade de ação dessas entidades, possibilitada pela realização prévia de Encontros Descentralizados nas cinco regiões do País. Em ambos os espaços, temos a possibilidade de discutir e definir coletivamente as pautas de ação que demandam intervenção do Conjunto, as dificuldades encontradas para transformá-las em ações e estratégias coletivas para o enfrentamento dessas dificuldades. Tais pautas são debatidas conforme eixos de auto-organização das entidades, constituídos de sete comissões: administrativo financeiro, ética e direitos humanos, orientação e fiscalização, comunicação, formação profissional, relações internacionais e seguridade social. (CFESS, 2016, p. 34).

Dessa forma, ao lançar essa Campanha, o Conjunto intencionou trazer para a agenda da profissão a discussão sobre as questões LGBT tendo como norte *a livre expressão de orientação sexual como um direito humano*. Essa iniciativa almejou estimular o debate na categoria profissional e conscientizar os/as assistentes sociais quanto as especificidades da população LGBT, destacando como principais diretrizes, sensibilizar tanto os/as assistentes sociais quanto a sociedade da importância desta pauta, fomentando o debate da livre expressão sexual. Bem como se propôs ao debate sobre a sexualidade humana, olhando-a na ótica da diversidade sexual e se posicionar politicamente da categoria na defesa da livre expressão e orientação sexual e contrária a todas as formas de discriminação.

A campanha “O amor fala todas as línguas. Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual”, vem de encontro à direção estratégica assumida pela categoria profissional descrita em seu Projeto Ético Político Profissional. O Conjunto CFESS/CRESS organizou lançamentos nas cinco regiões do país, além da confecção de uma revista.

Ressalta-se conforme o relato de Mesquita e Matos (2011), que a Campanha não foi bem recebida por todos os setores da categoria profissional que problematizaram e tentaram desqualificar a iniciativa, alegando, por

exemplo, que haviam pautas mais importantes a serem discutidas pelo Conjunto CFESS/CRESS.

Ainda quanto à Campanha “O amor fala todas as línguas”, após seu término, o CFESS deu continuidade ao debate por meio de um informativo temático denominado CFESS Manifesta, no qual em datas significativas e comemorativas, reafirma o posicionamento da categoria referente a várias temáticas, como no Dia da Visibilidade Lésbica, comemorado no dia 29 de agosto, Dia Nacional da Visibilidade Trans, celebrado em 29 de janeiro, Dia Mundial do Orgulho LGBT, Dia Mundial de luta contra a Homofobia e direitos humanos.

Refletindo o amadurecimento da profissão, o serviço social brasileiro opta por uma determinada direção social que está explícita no Projeto Ético Político Profissional, permeado por elementos técnicos, teóricos, éticos e políticos, (Netto, 1999). Esse Projeto destaca a liberdade concebida como possibilidade de escolher entre alternativas concretas e explicita o compromisso com a autonomia e a emancipação dos sujeitos.

Para melhor compreensão, ressalta-se o Projeto Ético Político Profissional em três aspectos: o teórico, representado pela produção de conhecimento no âmbito da profissão, o jurídico expresso no conjunto de leis, tal como a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93), na Lei de Bases e Diretrizes da Educação Nacional (Lei 9.394/96), que estabelece os parâmetros para a graduação em serviço social ditadas pelo Ministério da Educação e as diretrizes curriculares defendidas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, e por último, a base política organizativa, visualizada nas entidades representativas como o Conjunto CFESS/CRESS, a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, que possuem caráter consultivo e/ou deliberativo, de modo que propiciam a construção coletiva do Projeto Ético Político Profissional.

Outro momento significativo que demonstra a visibilidade e direção política desta pauta no Conjunto CFESS/CRESS foi a aprovação da Resolução CFESS de nº 489/2006 editada no intuito de regulamentar a vedação de práticas discriminatórias e/ou preconceituosas de assistentes sociais no

exercício profissional. Publicada em 03 de junho de 2006, é composta de oito artigos que visam romper com preconceitos, estigmas e estereótipos em relação a diversidade sexual, intencionando implementar no âmbito da profissão uma nova cultura que fortaleça, respeite e defenda a livre expressão em virtude de orientação sexual. Seu artigo 1º destaca: *“O assistente social no exercício de sua atividade profissional deverá abster-se de práticas e condutas que caracterizem o policiamento de comportamentos, que sejam discriminatórias e preconceituosas por questões, dentre outras, de orientação sexual”*.

Em 2011 por meio da Resolução CFESS de nº 594 de 21 de janeiro de 2011, o Conjunto CFESS/CRESS revisa o atual Código de Ética Profissional do/a Assistente Social de 1993, aplica a flexão de gênero, usando o/a em todas as situações cabíveis e substitui a nomenclatura “opção sexual” por “orientação sexual”, e inclui no XI princípio o termo “identidade de gênero”.

No processo de amadurecimento da categoria frente às questões do universo LGBT foi aprovada a Resolução CFESS nº 615, de oito de setembro de 2011, que versa sobre a inclusão do nome social da/o assistente social travesti ou transexual na identificação profissional. Essa Resolução é de suma importância, uma vez que na atuação profissional, é imperativo ao assistente social assinar seu nome e número de identificação.

A utilização do número de registro precedida da indicação do Conselho Regional de Serviço Social, onde o profissional está inscrito, é a obrigação que emerge do exercício profissional, alcançando todos os documentos produzidos por este em sua atividade profissional. [...] É também uma forma de possibilitar o controle pela sociedade, na medida em que permite ao usuário do Serviço Social se certifique da inscrição profissional no seu Conselho e que solicite, inclusive a exibição da identificação profissional do assistente social, para garantir que está sendo atendido por pessoa habilitada e capacitada a prestar os serviços com competência e qualidade. (BARROCO, 2012, págs. 156 e 157).

Cabe destacar a incorporação política desta pauta no Conjunto CFESS/CRESS com sua eleição para representação no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCD/LGBT), na gestão 2015-2017.

A incorporação desta importante pauta para a categoria profissional é um contraponto a ordem vigente e uma das maneiras de materializar o Projeto Ético Político Profissional.

CONCLUSÃO

Dessa forma, a proposta é investigar os caminhos e as condições internas e externas que permitiram à profissão avançar na temática da diversidade sexual, articulada ao campo dos direitos humanos e inserida no Projeto Ético Político do Serviço Social, tendo como objetivo central compreender como o serviço social brasileiro se aproxima e incorpora essa pauta ao debate ético político da profissão e como objetivos específicos refletir sobre a opressão de gênero e orientação sexual enquanto manifestação da questão social, objeto de trabalho do assistente social, entender como a discussão da diversidade sexual ganha materialidade teórica e política no âmbito do serviço social brasileiro, articulada ao Projeto Ético Político profissional e avaliar por meio das deliberações dos encontros nacionais do Conjunto CFESS/CRESS, como a pauta da diversidade sexual se insere e ganha densidade teórica e política na categoria profissional de assistentes sociais no Brasil, dos anos 1993-2017.

Para isso a ideia é construir três capítulos. No primeiro capítulo, intencionamos capítulo será dedicado ao serviço social brasileiro a pensando a partir das discussões do Código de Ética de 1986 até o presente momento, passando pelo Código de Ética de 1993, suas alterações, a construção do Projeto Ético Político, suas bases e disputas por esse e outros projetos societários na profissão, bem como a conjuntura atual.

No segundo capítulo o objetivo será trabalhar as sexualidades em sua diversidade e variadas expressões, tendo em vista traçar um panorama, quase como um glossário acerca do tema. Esta parte se propõe a explicar as especificidades da temática, por meio de um resgate histórico das sexualidades até a atualidade, tratando também dos preconceitos sofrido por essas pessoas, suas nuances e especificidades de acordo com a orientação sexual e identidade de gênero, bem como a reflexão sobre a luta por direitos dos LGBT,

com destaque para o Movimento LGBT, a partir dos anos 1990, articulando no mesmo período a inserção desta discussão no âmbito da categoria profissional, uma vez que partimos da premissa que o compromisso da profissão com os movimentos sociais tem rebatimentos na categoria profissional, influenciando nas discussões iniciadas naquele período.

O terceiro e último capítulo, pretendemos trazer os resultados da pesquisa documental sobre a incorporação da pauta e o amadurecimento teórico e ético-político desta discussão no serviço social.

REFERÊNCIAS

- BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.
- BERUTTI, E. B. Travestis: retratos do Brasil. In: COSTA, Horácio et al. (Org.). **Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos**. São Paulo: EDUSP, 2010. p. 293-302.
- BORILLO, Daniel. **Homofobia, História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BRASIL. **Código de Ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.
- _____. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2011**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2012.
- CISNE, M. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Palavras, 2012.
- CISNE, M.; SANTOS, S. Movimentos feministas e pela liberdade de orientação e expressão sexual: relações com a luta de classes no Brasil de hoje. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (Org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 153-173.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. 1. ed. ampl. Brasília, 2012.
- _____. **CFESS Manifesta**. A campanha O amor fala todas as línguas. Brasília, 2007. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CFESS MANIFESTA-OAMORFALATODASASLINGUAS.pdf](http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CFESS%20MANIFESTA-OAMORFALATODASASLINGUAS.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2017.

_____. **Deliberações do 32º Encontro nacional CFESS; CRESS.** Salvador, 2003. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/relatorio_2003_32.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2017.

_____. Resolução nº 489. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 3 jun. 2006.

_____. Resolução nº 594. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 21 jan. 2011.

_____. Resolução nº 615. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 8 set. 2011.

_____. O Conjunto CFESS/CRESS e o projeto profissional do Serviço Social brasileiro. Emancipa: o cotidiano em debate. **Revista do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo**, São Paulo, n. 1, maio 2016.

_____. **O que é preconceito.** Brasília, 2016. 24 p. (Assistente Social no combate ao preconceito).

FACCHINI, Regina; RODRIGUES, Julian Vicente. É preciso estar atento (a) e forte: histórico do movimento LGBT e a conjuntura atual. In: NOGUEIRA, Leonardo et al. **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual de gênero no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 263-288.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Travestis e prisões: a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere.** 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Curso de Mestrado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5660>>. Acesso em: 3 jan. 2018.

GUERRA, Y. A. D. O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 91, p. 5-33, 2007.

HARAWAY, D. Gênero para um Dicionário Marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: _____. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.** Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf>. Acesso em: 18 out. 2014.

_____. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, p. 13-38, 2017.

IRINEU, Bruna A. 10 anos do Programa Brasil sem Homofobia: notas críticas. **Temporalis**, v. 1, p. 193-220, 2014.

IRINEU, Bruna A.; RODRIGUES, M. M. Gênero, sexualidade, políticas públicas e direitos: problematizações de uma experiência educativa ao avesso da norma. In: _____. **Diálogos para o enfrentamento à homofobia e ao sexismo em contextos de privação de liberdade**. Palmas: EdUFT, 2016. p. 33-68.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane. GOELLNER. Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MESQUITA, Marylucia; MATOS, M. C. 'O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito' : reflexões sobre a Campanha do Conjunto CFESS/CRESS. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 28, p. 131-146, 2011.

PAULO NETTO, José. A construção do Projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: _____. **Capacitação em Serviço Social e política social**: módulo I: crise contemporânea, questão social e serviço social. Brasília: Cead, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Estado, Política e Emancipação Humana. In: I SIMPÓSIO DE POLÍTICAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO FÍSICA E LAZER, 2008, São Paulo. **Anais**. São Paulo: [s.n.], 2008.

_____. Para uma nova história do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, M. L. de O. e (Org.) **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o Conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. p. 49-76.

PINAFI, Tânia. **Militante... Já viu né?** A homofobia nos processos de subjetivação dos militantes do Movimento LGBT. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, São Paulo, 2011.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. **Preconceitos contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

TREVISAN, João Silvério. Homocultura & Política Homossexual no Brasil: do Passado ao Por-vir. In: COSTA, Horácio et al. **Retratos do Brasil Homossexual**: fronteiras, subjetividades e desejos. São Paulo: Edusp, 2010. p. 49-59.